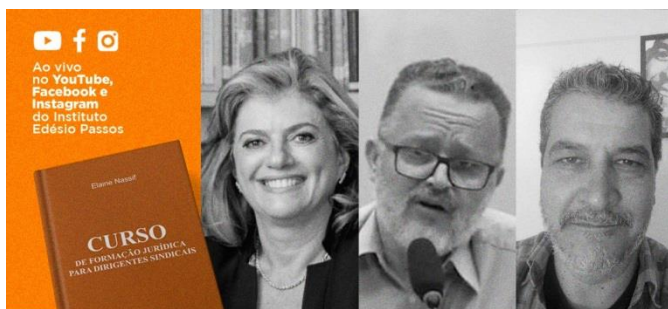




Brasília-DF, 10 de julho de 2024

Curso de Formação Jurídica para Dirigentes Sindicais

Ao vivo
no YouTube,
Facebook e
Instagram
do Instituto
Edésio Passos

PROGRAMA | MUNDO DO TRABALHO EM DEBATE

Curso de Formação Jurídica para Dirigentes Sindicais

Com Elaine Nassif, José Reginaldo Inácio e Everson de Alcântara Tardeli

**10
JULHO
19h**Prof.
Sandro Lunard

#MundoDoTrabalho150



O programa Mundo do Trabalho desta quarta-feira (10) está recheado de informações para dirigentes sindicais que desejam saber mais sobre as leis e toda a parte jurídica que envolve a luta dos trabalhadores. O tema do programa será o livro Curso Jurídico para Dirigentes Sindicais, lançado pela editora RTM.

O professor Sandro Lunard conversará com a autora, a ex-procuradora do trabalho Elaine Nassif e outros dois convidados que irão enriquecer o debate: José Reginaldo Inácio e Everson de Alcântara Tardeli, diretores do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani.

A live vai ao ar na quarta-feira (10), às 19h, no Instagram, Facebook e Youtube do Instituto Edésio Passos. Não perca!

Elaine Nassif é advogada militante do direito do trabalho, direito sindical e direito administrativo. Ex-Procuradora do Trabalho, pós-doutora, professora e autora de diversos livros e artigos.

José Reginaldo Inácio é Diretor de Estudos e Pesquisa do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani - OSBCR; Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI e Diretor de Formação da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Everson de Alcântara Tardeli é Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Franca (2014). Especialista em Economia do

Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS (2006). Instrutor credenciado a ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. Representante dos Trabalhadores no Conselho Regional do SESI/MG. Diretor do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani - OSBCR. Membro efetivo da Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais - COVET/MG. Conselheiro representante da sociedade civil indicado pela COVET/MG junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos em Minas Gerais - CONEDH/MG. Membro efetivo da Comissão de Indenização às Vítimas de Tortura em Minas Gerais - CEIVIT/MG. Diretor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais - FTIUEMG. Diretor do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais - SINDSUL/MG.

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=bDEiNEb3W0w>

Fonte: Mundo do Trabalho

Dia da Luta Operária: dirigentes sindicais cobram por justiça e reparação à classe trabalhadora



O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores de São Paulo (NCST/SP), Luiz Gonçalves (Luizinho), nesta terça-feira (09), participou da comemoração do Dia da Luta Operária.

Os 100 anos da revolta paulista de 1924 e os 60 anos do golpe militar de 1964, com seus impactos políticos e econômicos na classe trabalhadora do Brasil, foram os temas das falas no evento. Os dirigentes sindicais cobraram por justiça e reparação.

Dia da Luta Operária

O Dia da Luta Operária foi instituído pela lei municipal nº 16.634/17 de autoria do ex-vereador e hoje deputado estadual Antônio Donato (PT), em memória da Greve Geral de 1917.

Brasília-DF, 10 de julho de 2024

O evento é anualmente promovido por iniciativa do deputado Donato com a participação das centrais sindicais NCST, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, CSP-Conlutas, Pública Central do Servidor, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, além das entidades Centro de Memória Sindical, Instituto Astrogildo Pereira, IIEP e Oboré.



Na edição de 2024 foram homenageadas seis personalidades com atuação em defesa da classe trabalhadora e pelo fortalecimento do movimento sindical brasileiro. São elas:

Receberam o Troféu José Martinez:

MARIA MAENO (médica, com atuação em saúde coletiva e do trabalhador, é pesquisadora da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho)

CARLOS APARÍCIO CLEMENTE (dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, reconhecido defensor da saúde e segurança do trabalhador e da inclusão social, diretor do Espaço Cidadania). Concebido pelo artista plástico Enio Squef especialmente para o Dia da Luta Operária o troféu presta homenagem ao sapateiro anarco-sindicalista José Martinez que, no dia 9 de julho de 1917 foi baleado por soldados da antiga Força Pública que reprimiam a greve geral que tomou conta de várias empresas na cidade de São Paulo. Seu falecimento dias depois causou enorme comoção.

Homenagem especial (placa de agradecimento):

ISABEL PERES (fundadora e militante da Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura);

Homenagens póstumas (placa de agradecimento):

CLODESMIDT RIANI (Ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, participou da greve geral de 1953 e da luta pelo abono salarial, em 1962);

VALDIR VICENTE DE BARROS (Preso e torturado pela ditadura militar, foi diretor da CNTI, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e fundador da UGT);

SEVERINO ALMEIDA FILHO (Participou da greve histórica dos marítimos de 1987. Fundador e ex-presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante e fundador da CTB).

Fonte: NCST

Luiz Marinho defende acabar com a restrição ao trabalhador de sacar saldo do FGTS

Mais de 8 milhões de trabalhadores demitidos, que optaram pelo saque-aniversário, estão hoje com seu saldo do FGTS retido por 2 anos



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, considera uma “crueldade” com o trabalhador que opta pelo saque-aniversário ficar dois anos sem poder retirar seu saldo em caso de demissão. Segundo ele, há mais de 8 milhões de trabalhadores nesta situação, que optaram pelo saque-aniversário e estão hoje com seu saldo retido. “É uma excessância essa regra da lei, e eu quero corrigir isso”, defendeu Luiz Marinho em entrevista na última sexta-feira (5) na rádio NovaBrasil FM, em Brasília.

Marinho explicou que o FGTS foi criado para substituir a estabilidade ao emprego, é uma poupança individual do trabalhador para socorrê-lo no infortúnio do desemprego. Além de ser uma importante fonte de recursos para o financiamento de programas habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura urbana. “Mais de 90% das obras de saneamento básico no Brasil foram com recursos do FGTS, hoje temos mais de R\$ 100 bilhões para a habitação”, argumenta.

O ministro ressaltou que, além de acabar com essa regra de indisponibilidade do saque do FGTS por 2 anos para quem fez uso do saque-aniversário, é criar

**Brasília-DF, 10 de julho de 2024**

a alternativa do crédito consignado. Explicou que o MTE está construindo a proposta e já fazendo testes tecnológicos da plataforma. "Estamos negociando com as instituições bancárias e fazendo testes tecnológicos. Vamos fazer o projeto de lei e enviar ao Congresso Nacional".

Na última reunião do FGTS, no mês passado, foi aprovado o uso da plataforma do FGTS Digital, para viabilizar a implementação a concessão de crédito consignado ao trabalhador celetista. A proposta é que o trabalhador acesse a CPTS para simular empréstimo e compartilhar o resultado com os bancos, que terão 24 horas para ofertas do crédito consignado. O serviço será para todos os trabalhadores formais, inclusive MEI, domésticos e autônomos. A expectativa é habilitar mais de 80 instituições financeiras que já operaram com consignados junto ao INSS.

Ao longo do ano de 2023, o FGTS liberou para os trabalhadores R\$ 158,4 bilhões em saques e desembolsou nas aplicações em habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e saúde, mais de R\$ 54,4 bilhões, injetando na economia cerca de R\$ 212,8 bilhões.

Fonte: MTE

Aposentados e pensionistas do RS podem ter 180 dias de carência nos empréstimos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Devido à calamidade no Rio Grande do Sul após as enchentes, poderá ser suspenso por 180 dias o pagamento de empréstimos tomados por aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Um projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) prevê a suspensão em caráter excepcional, inclusive dos créditos consignados feitos por servidores públicos federais e seus pensionistas no RS.

O PL 815/2024, do senador Paulo Paim (PT-RS), é um dos três projetos terminativos na pauta com doze itens da CAS na próxima quarta-feira (10), a partir

das 9 horas. A proposta já recebeu três emendas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para incluir os empréstimos realizados por beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros programas federais de transferência de renda.

A relatora, senadora Zenaide Maia (PSD-RN), informou no parecer favorável à proposta, que o valor médio dos benefícios previdenciários e assistenciais urbanos é de R\$1.863,38 e, rurais, de R\$1.415,06. Os baixos valores causam dificuldades para a sobrevivência dos cidadãos em idade avançada, justamente quando eles mais precisam de cuidados médicos e medicamentos.

"A pessoa idosa precisa comprar remédios – que são muito mais caros e necessários para esta faixa etária – custear alimentação, moradia e pagar contas. Ou seja, como a maioria dos brasileiros, precisa sobreviver. No final do mês, essa conta não fecha e muitos acabam recorrendo a empréstimos consignados. A necessidade não espera e, com o crédito disponível, eles não têm muita escolha".

Fonte: Agência Senado

Regulamentação da reforma tributária será votada a partir desta quarta-feira, diz Lira

Projeto vai entrar na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Lira quer dar tempo para que deputados discutam o texto

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24) começa a ser votada a partir desta quarta-feira (10) pelo Plenário da Casa.

O grupo de trabalho que debateu as regras gerais de operação dos tributos criados sobre o consumo, que vão substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS após um período de transição (2026 a 2033), já apresentou seu parecer. Com isso, Lira espera que as bancadas possam se reunir e discutir o texto.

O presidente destacou que há um esforço dos

**Brasília-DF, 10 de julho de 2024**

relatores para diminuir a alíquota base de referência, prevista no texto original, de 26,5%. Essa alíquota vale para mercadorias e serviços que não são beneficiados com algum tipo de tratamento diferenciado. "É possível", disse o presidente.

Lira foi questionado sobre a possibilidade de inclusão de proteínas na cesta básica, isenta de alíquotas. Segundo ele, é preciso verificar o quanto a inclusão de carnes vai alterar a alíquota de referência. "Nunca houve proteína na cesta básica, mas se couber, temos que ver quanto vai ser essa alíquota que todo mundo vai pagar", disse.

Nesta semana, o presidente Lula sugeriu a inclusão de carnes com cortes menos nobres na cesta básica.

Mas Lira disse que o cashback pode ser uma medida mais efetiva para a população de baixa renda. "A maior importância nesse sentido é manter e aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico com relação a serviços essenciais, por exemplo. Terá um efeito muito maior do que incluir a carne na cesta básica".

As carnes estão com desconto de 60% da alíquota de referência no projeto original, mas o cashback para as pessoas de baixa renda reduz ainda mais essa tributação.

Fonte: Agência Câmara

Servidores do INSS convocam greve por tempo indeterminado para o próximo dia 16

Paralisação afeta a concessão de aposentadorias e análises de seguro-desemprego e auxílio-doença. Governo já negocia com a categoria



(Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)

Após meses de negociações difíceis com os servidores da educação superior, o governo Lula (PT) agora se depara com a iminente ameaça de greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), informa o Metrôpoles. A paralisação, marcada para iniciar na terça-feira (16), preocupa por impactar diretamente serviços essenciais como concessão de aposentadorias e análises de seguro-desemprego e auxílio-doença.

A greve poderia ainda prejudicar o pente-fino nos auxílios, uma auditoria essencial para a equipe econômica cumprir a meta de corte de gastos. Esse processo depende de áreas da Previdência Social, do Trabalho e do Desenvolvimento Social.

A decisão de greve foi aprovada em plenária da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) no final de junho, e será por tempo indeterminado.

Alessandro Stefanutto, presidente do INSS, comentou sobre a ameaça após cerimônia de comemoração dos 34 anos do instituto, reconhecendo a legitimidade das demandas dos servidores e destacando as melhorias nas propostas do governo. Ele mencionou que, somados os aumentos do atual mandato, o reajuste superará a inflação projetada para o período.

Sem reajuste salarial previsto para 2024, o governo argumenta que os aumentos acumulados nos quatro anos do mandato serão suficientes para cobrir a inflação, que varia de 15% a 18%.

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), destacou a reinstalação da Mesa de Negociação com os servidores do Executivo federal, um espaço crucial de diálogo para tratar de pautas remuneratórias e não-remuneratórias. Ele ressaltou o ambiente de medo que prevalecia durante o governo anterior de Jair Bolsonaro (PL), contrapondo com a atual abertura para negociações.

Stefanutto enfatizou que os servidores do INSS entregaram resultados significativos na gestão Lula e reconheceu a importância de respeitar o arcabouço fiscal do país. Ele também indicou que há demandas não financeiras que serão levadas ao governo para evitar a paralisação.

A terceira reunião da Mesa de Negociação da Carreira do Seguro Social ocorreu na última quarta-feira (3), coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Além do reajuste de 9% concedido em 2023, a proposta inclui aumentos de 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026, além do alongamento da carreira de 17 para 20 padrões.

Contudo, a proposta de substituir a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) pela Gratificação de Atividade foi mal recebida pelos servidores. A Fenasps alerta que mais de 50 mil aposentados e pensionistas podem ter suas gratificações congeladas, uma situação que agrava o descontentamento da categoria.

Fonte: Brasil247